



PODER Semana começa agitada no Congresso com a retomada da tramitação na CCJ do Senado de projeto de 2023 que altera a regra em vigor desde 1950, após decisão monocrática do ministro Gilmar Mendes

Lei do Impeachment na ordem do dia

» WAL LIMA
» DANANDRA ROCHA

O Congresso Nacional começa a semana agitado, com mais um round do embate entre o Legislativo e o Judiciário. Parlamentares colocaram na pauta a retomada da tramitação de uma proposta de atualização da Lei do Impeachment de 2023. A movimentação ocorre em resposta direta à decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu trechos da legislação em vigor desde 1950, limitando as possibilidades de abertura de processos de impeachment contra ministros da Suprema Corte.

A articulação do Legislativo ocorre em torno do Projeto de Lei (PL) nº 1.388/2023, de autoria do ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e elaborado por uma comissão de juristas presidida por Ricardo Lewandowski, ex-ministro do STF e atual titular da Justiça. A relatoria da matéria está com o senador Weverton Rocha (PDT-MA) e a expectativa é de que o parecer do relator seja apresentado.

A apreciação da matéria está na pauta da reunião de quarta-feira (10) da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, presidente por Otto Alencar (PSD-BA).

A retomada do debate ganha força depois que o decano do Supremo proferiu decisão monocrática limitando à Procuradoria-Geral da República (PGR) a prerrogativa de pedir o impeachment de juízes da Corte, sob a alegação de que “o impeachment infundado de ministros do STF se insere no contexto de enfraquecimento do Estado de Direito”.

“Ao atacar a figura de um juiz da mais alta Corte do país, ao ponto de se buscar sua destituição, não se está apenas questionando a imparcialidade ou a conduta do magistrado, mas também minando a confiança pública nas próprias instituições que garantem a separação de Poderes e a limitação do poder”, afirmou Mendes, que ainda avaliou que diversos artigos da Lei do Impeachment, ao tratarem da remoção de ministros do Supremo, são incompatíveis com a Constituição de 1988.

O presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), porém, afirmou que a decisão viola o que está definido na legislação vigente e interfere em atribuições do Legislativo. Segundo ele, a

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ao justificar decisão que irritou o Legislativo, ministro Gilmar Mendes alegou que a regra é incompetível com a Constituição

lei de 1950 garante explicitamente a qualquer cidadão o direito de propor o processo, e eventuais excessos não justificariam restringir essa prerrogativa: “Somente uma alteração legislativa seria capaz de rever conceitos legais”, declarou.

Nos bastidores, conforme apurado pelo **Correio**, interlocutores do Senado relatam que há “conversa em curso” entre líderes do Legislativo e ministros do Supremo para destravar uma nova legislação e estancar o desgaste público entre os Poderes.

Para senadores ouvidos, o texto do projeto de lei “vai além da simples modernização da lei” e cria salvaguardas ao Judiciário, ao prever que ministros não poderão ser punidos por crime de responsabilidade em razão de interpretações da Constituição. O ponto é visto como um dos trechos mais sensíveis da proposta e deve concentrar emendas.

Orçamento

Uma das prioridades do Congresso Nacional é a votação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2026, que, segundo declaração de Alcolumbre, será apreciada entre a próxima quinta-feira (11) e o dia 18 de dezembro. A prioridade na agenda do Orçamento chegou a ser um dos motivos para o cancelamento da sabatina do Advogado-Geral da União, Jorge Messias, indicado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para compor uma das cadeiras do STF, no lugar de Luís Roberto Barroso, que antecipou a aposentadoria.

Alcolumbre chegou a afirmar, na quinta-feira, que apenas o Orçamento estaria na pauta do Congresso. Entretanto, até o fechamento desta matéria, as sessões não foram agendadas no sistema da Casa

Legislativa, contendo somente a previsão de uma sessão solene para terça-feira (9/12).

Segurança pública

Pautas em paralelo relacionadas à segurança pública seguem na agenda prioritária do Legislativo. No Senado, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado realiza, amanhã, às 9h, audiência pública com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Ele será ouvido pelos senadores após pedido de requerimento apresentado pelo relator, Alessandro Vieira (MDB-SE).

O parlamentar defendeu a oitiva como essencial para o diagnóstico do setor e afirmou que “o enfrentamento eficaz não é tarefa de um único órgão”, exigindo “atuação coordenada, sinérgica e robusta”, da inteligência estratégica à repressão qualificada.

» Conselho de Ética

O Conselho de Ética da Câmara também ouvirá, amanhã, os deputados Marcos Pollon (PL-MS), Marcel Van Hattem (Novo-RS) e Zé Trovão (PL-SC), acusados de quebra de decoro durante a ocupação do Plenário da Casa, em agosto. As representações tramitam em conjunto, sob relatoria de Moses Rodrigues (União-CE). No mesmo dia, será apreciado o relatório no caso envolvendo o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ). As oitivas de testemunhas no processo de Pollon continuam na quinta-feira.

Na Câmara, a expectativa é pela apresentação do parecer do deputado Mendonça Filho (União-PE) à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/25 da Segurança Pública. O relator adiantou, por meio de coletiva de imprensa, que pretende limitar atos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que impactem as prerrogativas do Congresso e vai alterar o status do Conselho Nacional de Segurança Pública, que, segundo ele, “deve ser consultivo, e não deliberativo”.

Educação e transporte

Na CCJ, pode ser lido o relatório do deputado Danilo Forte (União-CE) ao projeto que cria piso salarial nacional para trabalhadores da educação básica que não são professores, fixado em 75% do piso do magistério. Para aliados do relator, a proposta “reconhece o papel de profissionais invisibilizados no funcionamento das escolas”.

Entre as comissões especiais, o Plano Nacional de Educação (2024–2034) e o projeto que regula aplicativos de transporte e entrega entram na pauta. O texto sobre plataformas estabelece jornada mínima, tempo conectado e contrato escrito. Um parlamentar da base resume o espírito da proposta: “Não é contra a inovação; é para garantir direitos”. No mesmo dia, o Congresso promulga a PEC 72/23, que concede isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos com mais de 20 anos. Integrantes da Mesa avaliam que a medida “corrige distorções entre estados” e amplia um benefício que “alcança principalmente a população de baixa renda”.

Flávio cobra “preço” para sair

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) transformou a pré-candidatura ao Palácio do Planalto em instrumento de pressão política. Dois dias após anunciar a escolha de seu nome pelo pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o parlamentar deu uma refugada logo no primeiro dia “extraoficial” de uma campanha eleitoral.

Após participar de um culto evangélico em Brasília, Flávio disse a jornalistas que a permanência dele na corrida presidencial de 2026 tem “um preço” e ainda sinalizou que esse valor também passa pela votação da anistia aos condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pela tentativa de golpe, entre eles seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado pelo Supremo no julgamento da trama golpista e que está preso na Superintendência da Polícia Federal (PF) desde 22 de novembro.

“Tem uma possibilidade de eu não ir até o fim (da campanha). E eu tenho um preço para isso”, disse o senador. Ele não revelou qual seria a demanda, disse que a lista será montada ainda hoje, em reunião com presidentes e líderes dos partidos do Centrão.

Ao ser questionado se a contrapartida seria justamente o avanço da anistia, respondeu: “Não é só isso, não, mas está indo bem”. O senador também cobrou que os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), “cumpram a promessa

que fizeram” de pautar o projeto da anistia ainda nesta semana. “Deixem o pau cantar no voto no plenário, que é o que a gente sempre quis”, disse.

Além do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o parlamentar vai se reunir hoje com o líder da sigla no Congresso, Rogério Marinho (RN), Antônio Rueda (União Brasil) e Ciro Nogueira (PP), que comandam partidos aliados e compõem uma federação. O senador ainda quer levar à mesa o deputado Marcos Pereira (Republicanos), dirigente da sigla do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, nome preferencial de setores do Centrão e do mercado financeiro para a corrida presidencial de 2026.

O filho 01 de Bolsonaro ainda classificou Tarcísio como aliado prioritário. “Não importa quem estará na cabeça da chapa. A gente vai estar junto para tirar o Brasil do caminho errado.”

A pré-candidatura à Presidência de Flávio foi tornada pública por ele na sexta-feira passada, quando afirmou ter recebido a “missão com grande responsabilidade” diretamente de Jair Bolsonaro. O anúncio provocou movimentação imediata no PL e entre aliados do bolsonarismo, que passaram a declarar apoio ao senador como alternativa para 2026.

Questionado sobre a reação negativa do mercado financeiro, ele considerou o movimento “precipitado”. Após o anúncio

da pré-candidatura, na sexta-feira, o dólar disparou 2,34% — a maior valorização desde outubro —, enquanto a Bolsa de Valores de São Paulo (B3), que vinha batendo dois recordes seguidos, desabou 4,31%, para 157.369 pontos — o maior recuo desde 2021. “Eles fazem uma análise precipitada. Com a exposição que vocês vão me dar, vão conhecer um Bolsonaro diferente: mais centrado, que conhece Brasília e quer pacificação”, afirmou, acusando o governo de Lula de “perseguir opositores e alimentar a discórdia”, afirmou.

“Chantagem”

Após filho 01 do ex-capitão cogitar a desistência da pré-candidatura em apenas dois dias, o líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (RJ), não perdeu a oportunidade para criticar a anistia aos condenados pela trama golpista e afirmou que a declaração de Flávio como um “escancara o método da chantagem”.

“O Flávio Bolsonaro é uma piada. Ele se lançou candidato na sexta-feira e hoje já admite que pode desistir dizendo que ‘tem um preço’ para isso. É blefe, é pastelão”, escreveu Farias, nas redes sociais.

Apesar da movimentação em torno da pré-candidatura com apoio do pai, Flávio enfrenta um obstáculo nas pesquisas de intenção de voto. Conforme dados

Danandra Rocha - CB/DA Press



Após culto, ontem, em Brasília, Flávio Bolsonaro disse que pode deixar a pré-candidatura

da pesquisa Datafolha, divulgada ontem, ele está atrás de Tarcísio e da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro nas pesquisas em um embate contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, 38%

dos eleitores rejeitam a candidatura do senador. No mesmo levantamento, Tarcísio aparece com rejeição de 20%, enquanto o presidente Lula lidera o índice negativo, com 44%. (DR)